

ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS DOS AUTORES DE TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NA UFRGS PARA NÃO DISPONIBILIZÁ-LAS NO REPOSITÓRIO LUME¹

Marilia Batista Hirt¹, Caterina Groposo Pavão², Sônia Elisa Caregnato³

¹ Bacharel em Biblioteconomia

² Mestre em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

³ Doutora em Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Resumo

Analisa os motivos pelos quais algumas teses e dissertações produzidas no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) não estão disponíveis no Lume, denominação atribuída ao Repositório Digital da UFRGS. Por meio de pesquisa exploratória, levanta a contribuição de cada Programa de Pós-Graduação para o incremento da comunidade de teses e dissertações do Lume, entre os anos de 2001 e 2009. Identifica as teses e dissertações não disponibilizadas e as motivações dos autores para não permitir que o sejam. Pesquisa a publicação dos resultados das teses e dissertações que não estão no Lume, em outros meios de comunicação científica, assim como pedidos ou concessões de patentes registradas no Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI). Dentre as justificativas apresentadas pelos autores para não depositar a tese e/ou a dissertação no Lume, identifica as três principais: a intenção de publicação dos resultados, o propósito de patenteamento das descobertas e o caráter confidencial dos trabalhos. Constata que 40,74% dos autores que declararam a intenção de publicação efetivamente publicaram os resultados de seus trabalhos. Entre os autores com o propósito de patentear suas descobertas, apenas 22,73% registraram o pedido de patente no INPI. Conclui que as políticas e mandatos nacionais e institucionais de depósito de teses e dissertações contribuem fortemente para aumentar a divulgação desses trabalhos e para o povoamento dos repositórios institucionais.

Palavras-chave:

Comunicação científica. Repositórios institucionais. Teses e dissertações.

Abstract

This work analyzes the reasons why some theses and dissertations produced at Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) are not available in Lume, denomination for the UFRGS Digital Repository. Through exploratory research, it raises the contribution of each Post-Graduation Program to increase the Lume's community of dissertations and theses, between the years 2001 and 2009. It

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Biblioteconomia da primeira autora, orientado pelas duas seguintes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011).

identifies the theses and dissertations that were not made available and the authors' motivations for not allowing it. Searches were carried out to locate alternative types of publication of the results of dissertations and theses that are not in Lume, as well as requests for or grants of patents registered with the Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI). Reasons given by the authors for the unavailability of their thesis and/or dissertation in Lume, were grouped as follows: intention of publishing the results, patenting of discoveries and confidentiality of the works. It finds out that 40.74% of authors who have declared the intention of publishing effectively published the results of their works. Among the authors with the purpose of patenting their discoveries, just 22.73% reported the patent application at the INPI. It concludes that national and institutional policies and mandates of theses and dissertations' deposit contribute greatly to increase the dissemination of works and settlement of institutional repositories.

Keywords:

Scientific communication. Institutional repositories. Dissertations and theses.

1 Introdução

Entre as atribuições das bibliotecas estão a reunião, a preservação e a divulgação da produção intelectual das instituições às quais são vinculadas. Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação é crescente o número de bibliotecas, principalmente de instituições de ensino superior, que cumprem essa função por meio de repositórios digitais. Sendo assim, o estudo desses repositórios tem sido relevante na Biblioteconomia.

O depósito de teses e dissertações (T/D) em repositórios digitais de universidades representa uma oportunidade para aumentar a visibilidade dos autores e de suas respectivas instituições. Apesar disso, verifica-se que algumas teses e dissertações não são disponibilizadas no Lume, Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Assim, uma questão de pesquisa se coloca: Quais são os motivos pelos quais algumas teses e dissertações geradas no âmbito da UFRGS não são depositadas no Lume?

O objetivo geral deste trabalho é analisar os motivos pelos quais algumas teses e dissertações produzidas no âmbito da UFRGS não estão disponíveis no Lume.

Os objetivos específicos deste trabalho são os seguintes:

- a) levantar a contribuição de cada PPG da UFRGS para o incremento da comunidade de teses e dissertações do Lume, entre os anos de 2001 e 2009;
- b) verificar as motivações para não depositar T/D no Lume;
- c) verificar a publicação dos resultados das teses e dissertações que não estão no Lume, em outros meios de comunicação científica.

O período de estudo escolhido foi de 2001 a 2009, porque em 2001 foi lançada a Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD/UFRGS), a partir da qual se iniciou o Lume. Como um dos objetivos do estudo é verificar se os resultados das teses e dissertações que não estão disponíveis no Lume foram publicados em

outros tipos de documentos, foi preciso desconsiderar os dois últimos anos (2010 e 2011), período em que a publicação pode estar sendo providenciada, mas ainda não foi efetivada.

2 Revisão de literatura

A evolução da humanidade caminha junto com o desenvolvimento da ciência. Esta, por sua vez, avança rapidamente e traz inúmeros benefícios a todos. Porém, a pesquisa científica só pode ser transformada em conhecimento se os seus resultados forem divulgados e utilizados para a criação de novas soluções ou como subsídios para novas pesquisas e, conseqüentemente, novos avanços. Portanto, a comunicação da ciência é tão importante quanto a própria ciência (MEADOWS, 1999), sendo, ambas, fundamentais para a evolução da humanidade.

É por meio da comunicação científica que os pesquisadores recebem o crédito pelos seus trabalhos e estabelecem a prioridade de suas descobertas. A comunicação científica também contribui para a medição dos resultados das pesquisas financiadas por verbas públicas (STUMPF, 2000). De fato, os pesquisadores precisam uns dos outros para concretizar seus projetos. A interação entre eles é o que chamamos de comunicação científica, que estabelece diversas convenções e os caracteriza como integrantes de comunidades científicas. O comportamento dos cientistas com relação aos hábitos de pesquisa e de comunicação dos resultados varia de acordo com as comunidades científicas às quais pertencem.

Para que essa comunicação seja efetivada são utilizados os canais de comunicação científica, que podem ser formais ou informais. Meadows (2000, p. 26) afirma que a distinção entre a comunicação formal e a informal “[...] é bem menos clara no ambiente computacional”. Para ele, “A antiga distinção entre comunicação formal e informal parece agora ser menos importante [...]”. (MEADOWS, 2000, p. 26).

De fato, a diferença entre canais formais e informais de comunicação está cada vez mais tênue, mas pode-se afirmar que, entre os canais informais de comunicação, circula grande parte da chamada literatura cinzenta (LC).

Almeida (2000) conceitua a LC,

[...] como o conjunto de documentos, independentemente de sua tipologia e suporte, ou formato, impresso ou eletrônico, emitidos por centros universitários de pesquisa, empresas, indústrias, sociedades acadêmicas, públicas e privadas, sem intenção de ser publicados e que são de vital importância na transferência do conhecimento. (ALMEIDA, 2000, p. 35-37).

Como exemplo de LC, podem ser citadas as teses e dissertações. Moreira (2005, p. 60) observa que “[...] documentos tradicionalmente cinzentos como as teses e dissertações vêm se tornando cada vez mais visíveis graças aos esforços de criação de bibliotecas digitais de teses e dissertações e aos serviços de alerta com oferecimento de texto completo [...]”. De fato, antes da disponibilização de teses e dissertações por meio de bibliotecas/repositórios digitais, em geral, esses trabalhos ficavam restritos ao público frequentador da biblioteca física em que estavam depositados. As informações ali contidas eventualmente eram transferidas para livros e/ou periódicos. Os dados bibliográficos podiam ser publicados pelas bibliotecas ou pelos programas de pós-graduação produtores, entretanto, é inegável

que a disponibilização de teses e dissertações em bibliotecas/repositórios digitais contribui para um aumento significativo da visibilidade desses trabalhos.

Quanto à confiabilidade da LC, Carvalho (2002, p. 47) salienta que é um engano acreditar que esse tipo de literatura, por não ser produzida comercialmente, mereça menos confiança. A autora afirma que vários documentos de LC passam por processos de revisão mais rigorosos do que os exigidos por periódicos científicos e técnicos. Funaro e Noronha (2006, p. 219) concordam que documentos produzidos sem a finalidade de ser publicados também são confiáveis. Relatórios técnico-científicos produzidos por pesquisadores podem ter grande valor para o desenvolvimento das diversas áreas do conhecimento. Teses e dissertações passam por avaliação de mestres e/ou de doutores, antes de ser aprovadas e divulgadas. Informações que servem de base para importantes decisões de instituições públicas ou privadas devem ser precisas e atualizadas.

Diversas são as definições para monografias, dissertações e teses existentes na literatura. Encontram-se, até mesmo, certas divergências. Comumente, usa-se o termo monografia para designar trabalhos apresentados ao final de cursos de graduação, o termo dissertação para os cursos de mestrado e o termo tese para os cursos de doutorado. Esses três tipos de trabalho são caracterizados pela ordem ascendente em relação à originalidade, à profundidade e à extensão.

Independentemente da nomenclatura, os trabalhos de conclusão dos cursos de pós-graduação são muito importantes para a sociedade e, em especial, para o meio acadêmico. As teses e as dissertações têm funções relacionadas aos seus autores e aos Programas de Pós-Graduação em que são produzidas.

Quanto aos seus autores, segundo Lopes e Romancini (2006, p. 139), as teses e dissertações “[...] correspondem a um momento de aprendizado do pesquisador [e sua elaboração] é uma etapa no longo processo de treinamento para a realização de atividades científicas, em particular, para o desenvolvimento de pesquisas”. Esse processo leva à obtenção do título de doutor ou de mestre, que qualifica o pesquisador a “[...] disputar postos acadêmicos melhor situados no sistema universitário, bem como se integrar a grupos e equipes de investigação, realizando tarefas mais elaboradas”. (LOPES; ROMANCINI, 2006, p. 139).

Quanto aos Programas de Pós-Graduação nos quais as teses e dissertações são produzidas, esses têm interesse na divulgação dos trabalhos. Por meio dessa divulgação, aumentam a sua visibilidade e justificam a sua existência perante instituição e a sociedade. A Capes realiza o acompanhamento anual e a avaliação trienal dos Programas de Pós-Graduação. Os critérios da avaliação trienal² são estabelecidos pelas áreas do conhecimento, que pontuam quesitos como “Corpo docente, teses e dissertações”, no qual se avalia a produção vinculada a esses trabalhos. Sabe-se que a avaliação da Capes pode definir a continuidade ou não de um curso de pós-graduação, bem como a visibilidade e a confiabilidade de uma Instituição de Ensino Superior. Portanto, é de grande interesse dos Programas de Pós-Graduação ter uma boa avaliação por parte da Capes, o que pode atrair novos alunos-pesquisadores determinados a fazer bons trabalhos.

Uma forma de divulgação das teses e dissertações, bem como de outros trabalhos científicos, é o uso de repositórios digitais. Com eles o tempo e o espaço já não são mais empecilhos para que as pessoas possam consultar trabalhos de boa qualidade, realizados no País e no exterior.

² Disponíveis em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/criterios-de-avaliacao>>. Acesso em: set. 2011.

Pavão (2010, p. 13) explica que “Um repositório é um banco de dados no qual ficam organizados e armazenados os objetos digitais e seus metadados, a fim de facilitar sua consulta e acesso”. Para a autora, os termos “institucional” e “temático” associados a eles caracterizam os repositórios que reúnem a produção científica de uma instituição e de uma área, respectivamente.

O sucesso na implantação e na manutenção de um repositório institucional passa pela formação de uma equipe multidisciplinar, incluindo representantes dos usuários, e os bibliotecários têm uma importante participação nesses processos. (TOMAÉL; SILVA, 2007).

Sem os repositórios institucionais, a produção intelectual da instituição fica dispersa em páginas pessoais ou mantidas pelos departamentos. Sendo assim, eles são uma excelente solução para a reunião, a preservação e a disseminação da informação científica.

A existência e a operacionalização dos repositórios institucionais devem-se, em parte, à Iniciativa dos Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative – OAI*) e ao Movimento de Acesso Livre.

A Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI) foi instituída em 1999, na Convenção de Santa Fé. Segundo Triska e Café (2001), nessa convenção foram definidos os princípios básicos da iniciativa. Os autores destacam três desses princípios: o autoarquivamento, a revisão pela comunidade e a interoperabilidade.

O Movimento de Acesso Livre ou de Acesso Aberto teve como marco inicial o encontro *Budapest Open Access Initiative*, ocorrido em dezembro de 2001. Segundo Lara (2006), acesso livre é a

Disponibilização livre na Internet de literatura de caráter acadêmico ou científico (em particular os artigos de revistas científicas), permitindo a qualquer utilizador ler, baixar arquivos, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar, indexar, fazer *links* ou referenciar o texto integral dos documentos. A única restrição sobre a reprodução e distribuição é o direito de ser reconhecido e citado, cabendo aos autores o controle sobre a integridade dos trabalhos. (LARA, 2006, p. 389).

Inicialmente, acreditava-se que, ao disponibilizar um trabalho em acesso aberto, o autor poderia ser prejudicado em seus direitos autorais. Na realidade, o que ocorre é o inverso. Weitzel (2006, p. 66) destaca que “[...] os repositórios digitais zelam pelos direitos autorais e que, quanto mais visível estiver o trabalho de um autor, menos chance existe de ele ter seus direitos lesados”.

A Universidade de Manchester, no Reino Unido, iniciou, em 2007, o projeto de criação do seu repositório institucional. Nesse projeto, foram listados os benefícios para os autores efetuarem o depósito de suas publicações em repositórios digitais, os quais são resumidos a seguir:

- a) aumento da visibilidade dos resultados das pesquisas;
- b) facilidade para o gerenciamento da produção científica;
- c) armazenamento permanente de trabalhos acadêmicos;
- d) facilidade para a localização e a citação de trabalhos;
- e) facilidade no acesso a materiais anteriormente disponíveis apenas em meio impresso, por exemplo, teses e dissertações;
- f) fornecimento de um indicador do impacto dos trabalhos;
- g) divulgação rápida das pesquisas, o que auxilia no estabelecimento de prioridades nas descobertas;

h) atendimento às agências de fomento, no que diz respeito à divulgação dos trabalhos.

(THE UNIVERSITY OF MANCHESTER, 2007).

A participação da comunidade é fundamental para o sucesso de um repositório institucional. Os membros da comunidade podem participar como autores, usuários e divulgadores do repositório. Para Tomaél e Silva (2007, p. 6), “O conteúdo de um repositório institucional reflete ou demonstra o conhecimento, a pesquisa e o interesse de uma organização”.

Segundo Leite (2009), estudos demonstram que a política de depósito obrigatório é um fator que maximiza o uso do repositório, mas “[...] é essencial que a comunidade ‘compre’ a ideia do repositório institucional e passe a incorporar os pressupostos do acesso aberto [...]”.

No Brasil, com relação às teses e dissertações, existe a obrigatoriedade de depósito prevista na Portaria nº 13/2006 (Capes), de 15/02/2006. A partir de março de 2006, todas as instituições com cursos em nível de pós-graduação tiveram que tomar as providências necessárias para que as teses e dissertações de seus alunos fossem depositadas em sítio da internet, próprio ou indicado pela Capes.

O Repositório Digital da UFRGS é o Lume. Nele são depositados documentos gerados na Universidade pelo seu corpo docente e técnico e outros documentos de interesse da instituição, entre eles, as teses e as dissertações. É composto por documentos digitais que podem conter texto, imagem, vídeo e áudio.

O Lume, que entrou em operação em janeiro de 2008, foi criado a partir da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFRGS), a qual foi iniciada no ano de 2001. Foi desenvolvido em parceria entre a Biblioteca Central e o Centro de Processamento de Dados da UFRGS (CPD/UFRGS).

Além da Portaria nº 13/2006 (Capes), de 15/02/2006, de âmbito nacional, a Resolução nº 129/2005, da Câmara de Pós-Graduação da UFRGS, de 12/07/2005, foi importante para o povoamento do Lume. Essa resolução determina que o certificado de conclusão de curso de pós-graduação será emitido somente após a entrega da tese ou dissertação, na Biblioteca Setorial determinada pelo PPG, acompanhada do Termo de Autorização para Disponibilidade de Tese ou Dissertação na Biblioteca Digital da UFRGS.

A UFRGS já efetuava a divulgação das teses e dissertações na sua BDTD. Entretanto, como a disponibilização dos trabalhos, até 2005, não era obrigatória, o acervo, até essa data, não contava com muitos dos trabalhos defendidos. A partir da publicação da Resolução nº 129/2005, da Câmara de Pós-Graduação da UFRGS, e da Portaria nº 13/2006 (Capes), verificou-se o aumento de depósitos na BDTD/UFRGS e, conseqüentemente, no Lume, como será analisado posteriormente, neste trabalho.

O Lume adota o padrão *Dublin Core*, que permite uma descrição adequadamente detalhada de objetos digitais, pois utiliza 15 elementos básicos, que podem ser refinados por meio de qualificadores. Também utiliza o protocolo de coleta de metadados OAI-PMH, que garante a interoperabilidade com outros repositórios digitais. Isso permite a transferência praticamente universal de dados entre repositórios. (PAVÃO, 2008). Também foi graças à interoperabilidade que, “[...] a partir de janeiro de 2009, os metadados do Lume passaram a ser coletados pelo Google.” (PAVÃO, 2010, p. 62). Isso permitiu um aumento no número de acessos e de *downloads* dos documentos disponíveis no Lume e incrementou também sua visibilidade e impacto.

Na interface do usuário, as principais características do Lume são: a organização em comunidades, as diversas formas de busca, as estatísticas e a possibilidade de acompanhamento do crescimento das coleções.

Segundo o *Registry of Open Access Repositories (ROAR)*³, as classificações do Lume são as seguintes, em 07/04/2012:

- a) no Brasil:
 - 8º lugar entre os 114 repositórios cadastrados e
 - 2º lugar entre os 53 repositórios institucionais cadastrados.
- b) no mundo:
 - 236º lugar entre os 2.730 repositórios cadastrados e
 - 133º lugar entre os 1.731 repositórios institucionais cadastrados.

3 Materiais e métodos

A técnica de pesquisa escolhida para este estudo foi a da documentação direta. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa de campo do tipo exploratória.

Para a realização deste estudo foram adotados os seguintes procedimentos:

- a) foi obtido um relatório com a quantidade de teses e dissertações defendidas entre 2001 e 2009, registradas no Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS (SABi) e a quantidade destas depositadas no Lume, discriminadas por curso e por ano;
- b) com base no relatório, foi verificada qual a contribuição dos diversos PPGs para o Lume;
- c) foi escolhido um curso de cada área para a realização do estudo, com base nos seguintes critérios: menor percentual de contribuição para o Lume e quantidade significativa de teses e dissertações defendidas;
- d) foi obtido um relatório com os dados bibliográficos das teses e dissertações dos programas escolhidos, registradas no SABi e que não foram depositadas no Lume;
- e) foram analisados os Termos de Autorização para Disponibilidade de Tese, Dissertação, Trabalho de Conclusão de Mestrado ou de Especialização no Lume – Repositório Digital da UFRGS, que acompanham o documento digital, e verificadas quais as justificativas dos autores para não disponibilizar as teses e dissertações no Lume;
- f) as teses e dissertações foram classificadas em três grupos: T/D autorizadas para disponibilização futura, T/D não autorizadas para disponibilização e T/D não enviadas ao CPD/UFRGS;
- g) para as T/D autorizadas para disponibilização futura e as T/D não autorizadas para disponibilização, cuja justificativa foi a publicação, foi verificado se os dados obtidos foram realmente publicados, através de busca na Base de Dados do Currículo Lattes;
- h) para as T/D autorizadas para disponibilização futura e as T/D não autorizadas para disponibilização, cuja justificativa foi o registro de patente,

³ Diretório internacional desenvolvido pela equipe do *software* EPrints, na Universidade de Southampton, do Reino Unido. Fornece dados técnicos breves a respeito dos repositórios nele registrados e seu objetivo é promover o desenvolvimento do acesso aberto, fornecendo informações atualizadas sobre o crescimento e a situação de repositórios do mundo inteiro. Disponível em: <<http://roar.eprints.org/>>. Acesso em: 07 abr. 2012.

foi verificado se houve solicitação de patente, através de busca na Base de Dados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI);

- i) os dados relativos às T/D não enviadas ao CPD/UFRGS foram desprezados, pois, sem o termo de autorização, não é possível saber qual a justificativa para a não disponibilização do trabalho no Lume;
- j) os dados obtidos foram agrupados em tabelas, sendo uma para cada PPG.

Salienta-se que, na análise dos trabalhos publicados, foram contados apenas artigos, capítulos de livro e livros que constam no Currículo Lattes dos autores. Os trabalhos publicados ou apresentados em eventos não foram incluídos nas tabelas elaboradas para cada PPG porque as apresentações em eventos não interferem na decisão de disponibilização dos trabalhos no Lume. As publicações em anais de eventos foram computadas fora das tabelas, bem como as publicações que não foram previstas pelos autores nos Termos de Autorização. Não foram considerados os trabalhos publicados em datas anteriores às datas de defesa da tese ou da dissertação, pois também não interferem na decisão de disponibilização dos trabalhos no Lume.

Quanto aos trabalhos patenteados, foram informados todos os trabalhos localizados na Base de Dados do INPI, independentemente de a patente requerida ter sido ou não concedida. As datas de pedido de patente anteriores às datas de defesa da tese ou da dissertação foram consideradas já que, em alguns casos, o trabalho apresentado é a continuação de algum trabalho anteriormente iniciado e cuja patente já havia sido requerida. Isso pode ser confirmado pelo número do pedido de patente que é informado no Termo de Autorização apresentado pelo autor quando encaminha seu trabalho ao CPD/UFRGS.

Periodicamente, o CPD/UFRGS entra em contato com os autores das T/D ainda não disponibilizadas no Lume, para consultar se esses trabalhos já podem ser disponibilizados. Muitos dos trabalhos dos anos de 2001 a 2005 foram autorizados para disponibilização apenas a partir 2007. Portanto, é importante frisar que os dados sobre a disponibilização de trabalhos no Lume referem-se ao ano de defesa da T/D e não ao ano em que elas foram disponibilizadas no Lume.

4 Resultados

Os PPGs que apresentaram maiores percentuais de trabalhos depositados no Lume em relação ao total de trabalhos defendidos e registrados no SABI, no período de 2001 a 2009, foram: Microeletrônica, Design, Ensino de Física, Relações Internacionais e Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, todos com 100%; Psiquiatria, com 98,88%; Nefrologia, com 98,18%; Sensoriamento Remoto, com 96,05%; e Ciência e Tecnologia de Alimentos, com 95,83%.

O percentual geral de disponibilização de teses e dissertações no Lume, no período de 2001 a 2009, foi de 82,10%.

Os PPGs que menos contribuíram para o incremento da comunidade de teses e dissertações do Lume, no período de 2001 a 2009, em cada grande área do conhecimento, desprezando-se os PPGs com pouca representatividade, são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Percentual de contribuição para o incremento da comunidade de teses e dissertações do Lume, no período de 2001 a 2009

Grande área	Contribuição da grande área (%)	PPG	Contribuição do PPG (%)
Ciências Exatas e da Terra	85,18	Geociências	57,65
Ciências Biológicas	69,33	Botânica	39,74
Engenharias	88,66	Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais	81,73
Ciências da Saúde	89,32	Ciências Farmacêuticas	60,94
Ciências Agrárias	78,83	Microbiologia Agrícola e do Meio Ambiente	68,27
Ciências Sociais Aplicadas	78,73	Direito	43,87
Ciências Humanas	77,64	História	65,92
Linguística, Letras e Artes	83,15	Letras	80,32
Multidisciplinar	88,09	Informática na Educação	77,42

Fonte: Dados da pesquisa.

O percentual geral de contribuição desses PPGs para o Lume, no período de 2001 a 2009, foi de 67,83%.

As três principais razões apresentadas pelos autores para não autorizar a disponibilização de teses e dissertações no Lume foram: a intenção de publicar os resultados (81 autores), o propósito de patentear as descobertas (22 autores) e a confidencialidade dos trabalhos (17 autores). Em pesquisa realizada no Currículo Lattes dos autores, foi verificado que os resultados de 33 trabalhos foram publicados em artigos, capítulos de livros ou livros, o que representa 40,74% do total de intenções de publicação⁴. Na Base de Dados do INPI, verificou-se que os resultados de cinco trabalhos tiveram pedido de patente depositado, ou seja, 22,73% do total de intenções de patenteamento.

Nas Tabelas 2 e 3, são apresentados os dados referentes a dois dos PPGs que menos contribuíram para o incremento da comunidade de teses e dissertações do Lume, no período de 2001 a 2009: Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais e Direito.

Tabela 2 – Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
T/D registradas no SABi	37	50	52	53	50	52	56	58	112	520
T/D registradas no SABi e disponibilizadas no Lume	23	40	33	39	36	47	48	51	108	425
Diferença (SABi-Lume)	14	10	19	14	14	5	8	7	4	95

⁴ Dados atualizados em 31/03/2012.

Percentual de disponibilização (%)	62,16	80,00	63,46	73,58	72,00	90,38	85,71	87,93	96,43	81,73
T/D autorizadas para disponibilização futura	0	0	0	0	0	0	3	2	2	7
T/D não autorizadas para disponibilização	0	0	0	1	0	2	0	1	0	4
T/D não enviadas ao CPD/UFRGS	14	10	19	13	14	3	5	4	2	84
Justificativa: publicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhos publicados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Justificativa: patente	0	0	0	0	0	1	3	1	2	7
Trabalhos patenteados	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Justificativa não informada	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Outras justificativas	0	0	0	1	0	0	0	2	1	4

Fonte: Dados da pesquisa.

A influência da Portaria nº 13/2006 (Capes) pode ser percebida nos depósitos dos alunos do PPGE3M. A média de disponibilização de trabalhos no Lume, entre os anos de 2001 e 2005, foi de 70,66%, enquanto no período de 2006 a 2009 foi de 91,37%. O maior índice de disponibilização foi de 96,43%, no ano de 2009. De 2001 a 2009, 80% das teses, 81% das dissertações de mestrado acadêmico e 83% das dissertações de mestrado profissionalizante produzidas no PPGE3M foram disponibilizadas no Lume. A Tabela 2 mostra os percentuais anuais de disponibilização de trabalhos no Lume.

O único trabalho não autorizado para disponibilização no Lume, até 2005, teve como justificativa o fato de ser “confidencial”. Os demais trabalhos não disponibilizados no Lume, até o referido ano, não foram enviados ao CPD/UFRGS, portanto, não é possível identificar a justificativa da não disponibilização. A partir de 2006, houve uma redução na quantidade de trabalhos não enviados ao CPD/UFRGS, como se verifica na Tabela 2. De 2006 a 2009, entre os sete trabalhos autorizados para disponibilização futura e os três não autorizados para disponibilização, sete autores alegaram a intenção de patenteamento, um autor não apresentou justificativa e três autores apresentaram outras justificativas (dados referentes a material de empresa privada; dados sigilosos devido ao caráter confidencial de algumas informações; realização de doutorado na mesma área, sendo a tese, a continuidade da dissertação). Nenhum autor mencionou a intenção de publicar os resultados de seus trabalhos, entretanto, conforme busca realizada no Currículo Lattes dos autores, os resultados de seis trabalhos foram publicados nas seguintes formas: um resumo em anais de evento nacional, oito trabalhos completos em eventos nacionais, seis trabalhos completos em eventos internacionais, seis apresentações em eventos nacionais, quatro artigos de periódicos nacionais e um artigo de periódico estrangeiro. Dos sete autores que alegaram a intenção de patenteamento dos resultados de suas T/D, somente um (14,29%) efetivamente patenteou sua descoberta.

De acordo com Stumpf (2000) e com Mueller (2005), os pesquisadores das Engenharias preferem publicar os resultados de suas pesquisas em anais de eventos, o que foi confirmado pela presente pesquisa.

Os dados do SABi e do Lume, relacionados ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Faculdade de Direito da UFRGS são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Direito

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
T/D registradas no SABi	16	18	13	21	38	51	31	39	26	253
T/D registradas no SABi e disponibilizadas no Lume	0	2	1	1	24	40	11	25	7	111
Diferença (SABi-Lume)	16	16	12	20	14	11	20	14	19	142
Percentual de disponibilização (%)	0,00	11,11	7,69	4,76	63,16	78,43	35,48	64,10	27,92	43,87
T/D autorizadas para disponibilização futura	0	0	0	0	1	1	3	2	9	16
T/D não autorizadas para disponibilização	0	0	0	0	1	1	5	7	10	24
T/D não enviadas ao CPD/UFRGS	16	16	12	20	12	9	12	5	0	102
Justificativa: publicação	0	0	0	0	2	2	6	8	18	36
Trabalhos publicados	0	0	0	0	0	1	4	3	8	16
Justificativa: patente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhos patenteados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Justificativa não informada	0	0	0	0	0	0	2	1	1	4
Outras justificativas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1

Fonte: Dados da pesquisa.

A Portaria nº 13/2006 (Capes) pode ter influenciado os alunos do PPGD. Entretanto, em 2007 houve um decréscimo no percentual de trabalhos disponibilizados, seguido por um aumento, em 2008, e por um novo decréscimo em 2009. A média de disponibilização de trabalhos no Lume, entre os anos de 2001 e 2005, foi de 26,42%, enquanto no período de 2006 a 2009 foi de 56,46%. O maior índice de disponibilização foi de 78,43%, no ano de 2006. De 2001 a 2009, 48% das teses e 42% das dissertações produzidas no PPGD foram disponibilizadas no Lume. A Tabela 3 mostra os percentuais anuais de disponibilização de trabalhos no Lume.

Todos os trabalhos não disponibilizados no Lume, até o ano de 2004, não foram enviados ao CPD/UFRGS, portanto, não é possível identificar a justificativa da não disponibilização. A partir de 2005, entre os trabalhos autorizados para disponibilização futura e os não autorizados, 14 autores apresentaram como justificativa a publicação em livro e 22, a publicação, sem especificar a forma. Dos 14 autores que anunciaram a publicação em livro, dois publicaram em periódicos nacionais, seis publicaram em livros e seis não publicaram. Dos 22 autores que não

especificaram o tipo de publicação, um publicou em periódico nacional e em capítulo de livro, dois publicaram em capítulo de livro, cinco publicaram em livro e 14 não publicaram. Quatro autores não apresentaram justificativa e um alegou a necessidade de “correções a serem feitas por sugestão da banca”. Portanto, dos 36 autores que alegaram a intenção de publicar os resultados de suas T/D como justificativa para a não disponibilização imediata de seus trabalhos no Lume, 16 (44,44%) efetivamente publicaram esses resultados em artigo, capítulo de livro ou livro. Os resultados das T/D não foram publicados em eventos, de acordo com a busca realizada no Currículo Lattes dos autores.

De acordo com Stumpf (2000), os pesquisadores em Ciências Sociais Aplicadas preferem publicar os resultados de suas pesquisas em anais de eventos. Segundo Mueller (2005), esses pesquisadores costumam utilizar os periódicos nacionais e os livros. Na avaliação trienal dos cursos de pós-graduação, realizada pela Capes, no Curso de Direito⁵, a produção intelectual é valorizada nesta ordem: livros, capítulos de livros, artigos de periódicos internacionais, artigos de periódicos nacionais e produção técnica, representada por seminários, conferências e palestras realizadas fora do Programa e no exterior. Na análise realizada constatou-se a preferência dos autores pelos livros, para a publicação dos resultados de suas teses e dissertações.

A Tabela 4 apresenta os resultados consolidados da pesquisa.

Tabela 4 – Resultados consolidados da pesquisa

	G	B	EMMM	CF	MAA	D	H	L	IE	Total
T/D registradas no SABi	281	151	520	256	104	253	179	569	93	2.406
T/D registradas no SABi e disponibilizadas no Lume	162	60	425	156	71	111	118	457	72	1.632
Diferença (SABi-Lume)	119	91	95	100	33	142	61	112	21	774
T/D autorizadas para disponibilização futura	6	13	7	25	1	16	1	0	0	69
T/D não autorizadas para disponibilização	74	1	4	12	1	24	1	2	0	119
T/D não enviadas ao CPD/UFRGS	39	77	84	63	31	102	59	110	21	586
Justificativa: publicação	4	14	0	23	0	36	2	2	0	81
Trabalhos publicados	3	9	0	3	0	16	1	1	0	33
Justificativa: patente	1	0	7	14	0	0	0	0	0	22
Trabalhos patenteados	0	0	1	4	0	0	0	0	0	5
Justificativa não informada	61	0	1	1	2	4	0	0	0	69
Outras justificativas	15	0	4	2	0	1	0	0	0	22

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: G: Geociências

⁵ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_Direito.pdf>. Acesso em: dez. 2011.



B: Botânica
EMMM: Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais
CF: Ciências Farmacêuticas
MAA: Microbiologia Agrícola e do Meio Ambiente
D: Direito
H: História
L: Letras
IE: Informática na Educação

5 Considerações finais

Neste trabalho, foram estudadas as razões pelas quais os alunos de nove Programas de Pós-Graduação (PPGs) da UFRGS não disponibilizaram suas teses e dissertações no Lume, no período de 2001 a 2009.

Com este trabalho foi possível verificar a influência que a Resolução nº 129/2005, da Câmara de Pós-Graduação da UFRGS e a Portaria nº 13/2006 (Capes) exerceram sobre os alunos dos PPGs analisados. De 2001 a 2005, 47,82% das teses e dissertações produzidas nesses Programas foram disponibilizadas no Lume. De 2006 a 2009, esse índice passou para 86,80%. Conforme Leite (2009), os repositórios institucionais mais povoados são aqueles cujas instituições determinam o depósito obrigatório. Mesmo não tendo uma portaria, a força de uma lei, é interessante para a instituição que a determinação da Capes seja seguida. Afinal, a citada portaria é clara, quando diz que a quantidade e a qualidade das teses e dissertações disponibilizadas são ponderadas no acompanhamento e avaliação dos programas de pós-graduação. Portanto, a Universidade deve exigir dos alunos o depósito de suas teses e dissertações, sempre que possível.

Destaca-se o trabalho do CPD/UFRGS que, periodicamente, faz contato com os autores das teses e dissertações ainda não disponibilizadas no Lume, para consultar se os trabalhos já podem ser disponibilizados. Grande parte dos trabalhos não seria disponibilizada se não houvesse esse acompanhamento. Nessa oportunidade, aqueles alunos que conseguiram publicar ou patentear os resultados de seu trabalho, geralmente, autorizam o depósito e, aqueles que não conseguiram, solicitam a prorrogação da data.

Como sugestão de investigação, propõe-se um estudo que inclua entrevistas com os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação e orientadores de teses e dissertações para pesquisar as motivações para a não disponibilização dos trabalhos no Lume. Seria interessante analisar o quanto os docentes dos Programas de Pós-Graduação estão conscientes e comprometidos com a conscientização dos alunos sobre a importância de tornar públicas as pesquisas, de dar transparência ao trabalho da Universidade e de dar retorno à sociedade de todo o investimento realizado.

Com relação aos resultados, reconhece-se que há pouca representatividade quanto aos hábitos de publicação dos autores. Isso porque foram pesquisadas apenas as publicações de autores de nove Programas de Pós-Graduação da UFRGS, de trabalhos não disponibilizados no Lume, com a justificativa de publicação e que efetivamente publicaram.

Espera-se que este trabalho tenha servido para mostrar como as políticas e mandatos nacionais e institucionais podem contribuir para aumentar a divulgação das T/D e para o povoamento dos repositórios institucionais. Também foi mostrada a necessidade de ampliar-se a divulgação do Lume e de seus objetivos, assim como

sobre o movimento de acesso aberto à literatura científica no Brasil e no mundo. Enfim, espera-se que este estudo contribua para que se conheça um pouco mais sobre a produção intelectual da UFRGS, no âmbito da pós-graduação, que é um segmento importante para o reconhecimento da instituição, perante a sociedade, como um ente produtor e disseminador de conhecimento, inovação e desenvolvimento.

6 Referências

ALMEIDA, Maria do Rosário Guimarães. *Literatura cinzenta: teoria e prática*. São Luís: Edições UFMA/Souzândrade, 2000. 174 p.

CARVALHO, Elizabet Maria Ramos de. La literatura gris y su contribución a la sociedad del conocimiento. *Infodiversidad*, Buenos Aires, v. 4, p. 45-61, 2002.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira; NORONHA, Daisy Pires. Literatura cinzenta: canais de distribuição e incidência nas bases de dados. *In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação*. São Paulo: Angellara, 2006. p. 215-231.

LARA, Marilda Lopes Ginez de (Org.). Glossário: termos e conceitos da área de comunicação e produção científica. *In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação*. São Paulo: Angellara, 2006. p. 387-414.

LEITE, Fernando César Lima. *Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto*. Brasília: IBICT, 2009. 120 p.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; ROMANCINI, Richard. Teses e dissertações: estudo bibliométrico na área da Comunicação. *In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação*. São Paulo: Angellara, 2006. p. 139-161.

MEADOWS, Arthur Jack. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 268 p.

MEADOWS, Arthur Jack. Avaliando o desenvolvimento da comunicação eletrônica. *In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice Jovelina Lima. (Org.). Comunicação científica*. Brasília: Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2000. (Estudos avançados em Ciência da Informação, 1). p. 23-34.

MOREIRA, Walter. Os colégios virtuais e a nova configuração da comunicação científica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 57-63, jan./abr. 2005.



MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. *DataGramaZero: revista de Ciência da Informação*, v. 6, n. 1, p. 1-15, fev. 2005. Disponível em: http://www.dgz.org.br/fev05/Art_02.htm. Acesso em: 25 jul. 2011.

PAVÃO, Caterina Groposo et al. Repositório digital: acesso livre à informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 15., 2008, São Paulo. São Paulo: Consórcio CRUESP Bibliotecas, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14856/000670413.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 out. 2011.

PAVÃO, Caterina Groposo. *Contribuição dos repositórios institucionais à comunicação científica: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

STUMPF, Ida Regina Chitto. A comunicação da ciência na universidade: o caso da UFRGS. *In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice Jovelina Lima (Org.). Comunicação científica*. Brasília: Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2000. (Estudos avançados em Ciência da Informação, 1). p. 107-121.

THE UNIVERSITY OF MANCHESTER. The John Rylands University Library. *Institutional Repository Project*. 2007. Disponível em: <http://www.irproject.manchester.ac.uk/>. Acesso em: nov. 2011.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Disponível em: <http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/GT5--142.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2011.

TRISKA, Ricardo; CAFÉ, Lígia. Arquivos abertos: subprojeto da Biblioteca Digital Brasileira. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 3, p. 92-96, set./dez. 2001.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006.